PORTARIA PGJ/PI N° 623/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA , Dr. Cleandro Alves de Moura, no uso de suas atribuições legais e conforme art. 51 da Lei nº. 8.666/93,

RESOLVE

1- PROPÓSITO

1.1. Designar, com efeitos retroativos a 19 de março de 2017, a Comissão Permanente de Licitação, designada CPL "A", do Ministério Público do Estado do Piauí para processar todas as etapas de licitações bem como julgar todas as propostas de todas as modalidades de licitação, conforme a lei 8.666/93 e conforme a lei 10.520/2002, da Procuradoria Geral de Justiça, Fundo Especial do Ministério Público, Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

2- CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO:

2.1. A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Afranio Oliveira da Silva, Analista Ministerial, matrícula 176;

Membros: Cleyton Soares da Costa e Silva, Técnico Ministerial Administrativo, matrícula 208; Pedro Henrique Gomes do Nascimento, Técnico Ministerial Administrativo, matrícula 228;

SUPLENTE: Raimundo Rodrigues Matos Neto, Técnico Ministerial, matrícula, 245.

3- ATRIBUIÇÕES

3.1. As atribuições da Comissão Permanente de Licitação são aquelas definidas no art. 51 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, relativo às contratações por dispensas e inexigibilidades de licitações.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Além do Presidente da Comissão, deverão participar das reuniões de Abertura e Julgamento, no mínimo 02 (dois) membros.

4.2. Nos casos em que seja necessário conhecimento técnico específico sobre a matéria do objeto da licitação, poderá ser convocada para integrar a Comissão, pelo menos um especialista no assunto.

4.3. No desenvolvimento de suas atividades, a Comissão se reportará diretamente à Controladoria Interna e à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça para Processos Administrativos para solicitar apoio técnico e jurídico.

4.4. Nas ausências e impedimentos do Presidente, qualquer um dos membros responderá pela Presidência da Comissão, desde que sejam designados pelo Presidente ou por critério de votação.

5- MANDATO E VIGÊNCIA

5.1. O mandato dos membros da Comissão terá duração de 01 (um) ano, contado a partir da entrada em vigor desta Portaria.

5.2. É vedada a recondução da totalidade dos membros da Comissão Permanente de Licitação para o período subsequente.

5.3. Fica revogada a Portaria PGJ 627/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI) 27 de março de 2017.

Dr. Cleandro Alves de Moura
Procurador-Geral de Justiça